

## Júlio Campos propõe banco de fomento às exportações

*Para senador, Brasil precisa aprender a vender seus produtos no exterior e livrar-se do atraso tecnológico legado pelos anos em que o país permaneceu com sua economia fechada*

### Senado manterá ritmo de trabalho, assegura Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, garantiu que as eleições municipais em outubro não deverão atrapalhar as atividades legislativas da Casa. O Senado, observou, vem mantendo um quórum alto para suas deliberações e essa prática será mantida ao longo do segundo semestre. Esse compromisso, acrescentou, vale inclusive para as reformas constitucionais, que exigem quórum de três quintos para aprovação.

Em resposta a perguntas de jornalistas em torno da emenda de reforma da Previdência, José Sarney assegurou que a matéria será apreciada pelos senadores ainda este ano, "caso seja aprovada pela Câmara e chegue ao Senado em tempo hábil". De acordo com o senador, isso também se aplica às propostas de reforma administrativa e tributária, e emendas constitucionais que ainda tramitam em comissões especiais da Câmara.

### Valmir e Maldaner pedem apoio para pequena empresa

Maior apoio à pequena empresa: a cobrança está sendo feita pelos senadores Valmir Campelo e Casildo Maldaner. **Página 3**



Júlio Campos defende redução do "custo Brasil"

### Suplicy cobra solução para pedido de informações sobre o Banespa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu na sexta-feira à Mesa que incluía na pauta de votação de amanhã o requerimento de autoria do senador Osmar Dias (PR) dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, pedindo informações sobre o Banespa.

As informações, segundo Suplicy, foram negadas anteriormente ao senador sob a alegação de sigilo bancário. No entanto, acentuou, o ministro Pedro Malan disse que poderia enviá-las ao Senado, caso o requerimento de Osmar Dias seja aprovado pelo plenário.

Suplicy disse também que solicitou ao ministro da Fazenda que lhe informe em que legislação se baseou para afirmar que a multa pecuniária seria a pena máxima imposta



Eduardo Suplicy

ao Banco Excel, caso se comprovem irregularidades que estão sendo investigadas.

O senador paulista disse que verificou na legislação sobre o assunto que penas maiores podem ser impostas, inclusive a cassação do funcionamento da instituição financeira considerada irregular.

O senador Júlio Campos (PFL-MT) sugeriu na sexta-feira a criação de um banco de comércio exterior como forma de incrementar a presença de produtos brasileiros no mercado internacional. "O Brasil precisa aprender a efetivamente vender seus produtos no exterior, e não esperar que os compradores venham aqui", disse ele.

Para Júlio Campos, os anos em que o Brasil permaneceu com sua economia fechada deixaram como legado um atraso tecnológico que precisa ser rapidamente revertido para gerar postos de trabalho, necessários aos jovens que buscam e não encontram emprego.

Para o país, assinalou o senador, o slogan "exportar é a solução" representa a síntese de todo um conjunto de fatores, medidas, providências e políticas que objetivam colocar o Brasil no quadro das economias desenvolvidas, garantindo seu lugar no cenário do século XXI.

Conforme Júlio Campos, cada bilhão de dólares exportado gera cerca de 70 mil empregos. Ele também defendeu a redução do chamado custo Brasil e condenou a carga tributária média embutida nos produtos de exportação, que ultrapassa 20% do valor das mercadorias.

Júlio Campos salientou que diversos países, como Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália e Inglaterra, possuem instrumentos que privilegiam o incentivo às exportações.

# Senado vota projeto que manda revisar IR de parlamentares

*Pela proposta do senador Pedro Simon, os ocupantes de cargos públicos serão sistematicamente fiscalizados pela Receita Federal*

Entre os 25 projetos, requerimentos e mensagens que os senadores votarão nesta semana encontra-se proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que determina à Secretaria da Receita Federal a revisão das declarações de renda de ministros, secretários de estado, deputados federais e estaduais, senadores, prefeitos, vereadores e qualquer dirigente partidário ou de órgão público. Atualmente, a Receita só revisa declarações por sorteio ou apontadas pelos computadores como fora do normal. O projeto irá à votação na quinta-feira.

## IMPEACHMENT

Simon argumenta que a moralização do setor público brasileiro não terminou com o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. Para ele, é preciso continuar na "cruzada rumo à purificação dos serviços, das atividades e das contas públicas, para que um dia possamos nos orgulhar dos dirigentes



**Pedro Simon quer dirigentes públicos sem sigilo bancário**

do nosso país".

Pelo projeto, a Receita Federal fará revisão das duas últimas declarações de quem for eleito ou tomar posse em cargo público. Depois, a cada ano o "Leão" analisará a declaração destas pessoas. Quando terminar seus mandatos ou estes dirigentes deixarem o governo, a Secretaria da Receita ainda continuará revisando suas declarações por mais dois anos. A proposta vai mais longe e determina que os fiscais da Receita devem inclusive examinar "os sinais exteriores de riqueza" destas pessoas, para

verificar se não houve enriquecimento ilícito.

Ainda conforme o projeto, quem tomar posse em cargo público, indicado pelo presidente, governadores ou prefeitos, ou for eleito para qualquer cargo, terá automaticamente seu sigilo bancário quebrado, para facilitar o trabalho da Receita. O resultado da revisão das declarações de renda, acompanhado de relatório explicativo, poderá ser solicitado por qualquer membro do Congresso Nacional. Se aprovado pelo Senado, o projeto irá ainda ao exame dos deputados.

## Contratação de professores terá última votação

A emenda constitucional que autoriza as universidades brasileiras e os centros de pesquisa a contratarem professores e cientistas estrangeiros começa nesta semana sua última fase de discussão e votação. A proposta constará da pauta da quinta-feira, para o primeiro dia de discussão em segundo turno. Ela será discutida por cinco sessões, quando então poderá ser votada. Se aprovada, a emenda será imediatamente promulgada pelas mesas da Câmara e do Senado.

Na sessão de amanhã, os senadores irão apreciar, em votação secreta, os nomes do novo presidente e dos cinco novos conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), do Ministério da Justiça. Ainda amanhã, o Senado apreciará mensagens do presidente da República indicando quatro novos ministros e suplentes classistas do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Na quarta-feira, o Senado irá votar a renovação de concessão de quatro emissoras de rádio e os nomes de cinco novos embaixadores, além de outro suplente de ministro classista do TST.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não Deliberativa do Senado

#### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA AMANHÃ

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária Deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 348/91, que dá nova redação ao art. 9º do Decreto-lei nº 3/66, que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias; e \*PDL nº 11/96, que aprova texto da Convenção relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, 29.05.93.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** 1ª parte: Exposição de Marco Aurélio Maciel, da KPGM - Auditores, acerca dos procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacion-

onal.

2ª parte: Exposição dos controladores do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto e Eduardo Magalhães Pinto, acerca dos procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

**Obs.:** No caso de não comparecimento dos convidados serão apreciados projetos.

10h30 - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

**Pauta:** Exposição do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat 2, que será realizada em Istambul, no período de 3 a 14 de junho de 1996.

**Pauta:** Instalação da comissão. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

# Maldaner quer aval do Sebrae no crédito a micros

*Segundo senador, microempresário está sem saída, porque deve impostos e foi impedido pela burocracia de ter acesso aos últimos benefícios aprovados pelo Conselho Monetário*



Miranda quer menos conflitos

## Desapropriações devem ter preços justos, diz Miranda

A reforma agrária no Brasil seria facilitada se o governo atribuísse um preço mais justo para as terras a serem desapropriadas e alterasse a legislação de modo a tornar mais rápido esse tipo de processo, afirmou o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), para quem essas modificações fariam diminuir não só o número de invasões como também os conflitos entre fazendeiros e sem-terra.

Gilberto Miranda acredita que muitos fazendeiros, "já desiludidos com a atividade agrícola", tomariam a iniciativa de ofertar suas terras ao Incra, caso o preço fosse mais justo. A seu ver, os gastos maiores advindos dessa nova prática seriam compensados pela celeridade no processo e pelo número de problemas que poderiam ser evitados. O senador entende que, se necessário, será fácil conseguir linhas especiais de financiamento para esse fim junto a organismos internacionais como o BID e o Bird.

Ele também defende modificações na política agrícola brasileira. Em sua opinião, o governo deve promover uma nova mentalidade no setor agrícola, de modo a que as palavras *subsídios* e *recursos públicos* sejam trocadas por *produtividade* e *competitividade*.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) dirigiu apelo ao governo para que adote imediatamente uma linha de crédito especial que possa socorrer as pequenas e microempresas. Ele sugeriu que o Sebrae avalize as microempresas para facilitar a obtenção de financiamento.

O senador disse que "o pequeno empresário está sem saída porque deve ao governo federal, deve o ICMS aos estados e ainda tem outros débitos com os governos municipais".

### BUROCRACIA

Depois de afirmar que as últimas medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional não foram suficientes para atender às pequenas e médias empresas, ele salientou que "a burocracia leva



Casildo Maldaner: benefícios inacessíveis

uma eternidade e dificulta o acesso aos benefícios concedidos pelo governo".

### CONCORRÊNCIA

Maldaner ressaltou que as empresas de confecções de Santa Catarina estão enfrentando a concorrência desleal de produtos importados do Oriente, o que vem ocasionando alto índice de desemprego no estado.

- Enquanto o governo Fernando Henrique Cardoso procura soluções para os bancos, os outros setores da economia estão passando por momentos de grande dificuldade. Não podemos ficar de braços cruzados.

Se não cuidarmos de outros segmentos da economia que estão em dificuldades, o frango vai cacarejar - disse.

Em aparte, o senador Bello Parga (PFL-MA) informou que algumas medidas já estão sendo adotadas em favor dos pequenos empresários, principalmente nos campos fiscal e tributário, o que Casildo Maldaner considerou um avanço.

## Para Valmir, governo compra pouco da pequena empresa

Os governos federal, estaduais e municipais têm uma demanda de produtos e serviços da ordem de US\$ 100 bilhões ao ano. Mas, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, que compram de pequenas empresas entre 30 a 40%



Valmir: micro combate desemprego

do seu orçamento anual, no Brasil elas participam com apenas 5%.

Os dados foram citados pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF) ao defender maior atenção à microempresa. Segundo Valmir, o

fortalecimento da empresa de pequeno porte ajudará o país a combater o desemprego e os privilégios decorrentes da ação dos monopólios e cartéis. Na opinião do senador, as pequenas empresas podem ser a

base sólida de uma retomada do desenvolvimento do país, em novos moldes.

### PROJETOS

Valmir Campelo lembrou que tramitam na Casa dois projetos de autoria do senador José Sarney instituindo o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e prevendo para elas tratamento diferenciado nos campos fiscal, crédito e jurídico. Além desse avanço, disse o senador, caberia ao Congresso apressar a discussão de uma nova política tributária.

# Lauro Campos diz que ação do governo leva país ao caos

Para senador do DF, a equipe econômica de FHC baseia-se na "teoria maluca" de que os grandes bancos não podem falir

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse na sexta-feira que o governo FHC, ao instituir uma "bancocracia" e alinhar-se à "fujimorização" adotada por outros países da América Latina, está destruindo regiões, cidades e setores sociais inteiros. Ele anunciou que vai propor a instalação de um fórum internacional no Senado para analisar o caos em que se encontra o país.

A seu ver, é lamentável que a criação do Proer seja avaliada pelo presidente da República como um ato de coragem.



Lauro Campos: críticas à "bancocracia"

Para Lauro Campos, o próprio mercado decidiu que os bancos falidos são incompetentes, mas, acrescentou, a equipe econômica, inspirada "numa

teoria maluca" de que grandes bancos não podem falir, contraria o mercado e a lógica do capitalismo financeiro. Afinal, ao lidar com juros, a atividade bancária é de risco, lembrou.

Segundo Lauro Campos, uma das saídas para o desemprego e os efeitos destrutivos da política econômica estaria na ação do Congresso. No entanto, considerou, temos "um Legislativo carimbatório, dócil a um plano que não deu certo".

## Teotônio elogia projeto junto à usina de Xingó

A iniciativa do governo federal de aproveitar a infraestrutura montada para a usina hidrelétrica de Xingó em projeto de desenvolvimento do semi-árido foi elogiada pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).



Teotônio

O senador informou que entre os objetivos do projeto estão a instalação de uma escola na Vila Xingó, a difusão de tecnologia, o desenvolvimento da pesca, a promoção do turismo e o estímulo à agricultura irrigada. Participarão do empreendimento os governos de Alagoas e Sergipe, além da iniciativa privada.

O senador informou que entre os objetivos do projeto estão a instalação de uma escola na Vila Xingó, a difusão de tecnologia, o desenvolvimento da pesca, a promoção do turismo e o estímulo à agricultura irrigada. Participarão do empreendimento os governos de Alagoas e Sergipe, além da iniciativa privada.

## Amorim quer em pauta projeto que beneficia o ex-presidente Collor

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) pediu na sexta-feira que o Senado coloque em pauta projeto de sua autoria, apresentado no final de 1995, que permite ao Judiciário promover a revisão e nulidade de processo de crime de responsabilidade. A proposição visa a beneficiar o ex-presidente Fernando Collor. Amorim disse que, em visita a Collor esta semana, ele se mostrou inconformado com a cassação de seus direitos políticos.



Amorim: Collor inconformado

Para o senador rondoniense, o fato de o então presidente ter recebido um automóvel Elba de presente não justificava a cassação de seus direitos políticos. Amorim afirmou que "o atual

presidente da República já aplicou R\$ 25 bilhões em bancos falidos, quantia suficiente para adquirir 1 milhão e 400 mil automóveis do mesmo tipo".

Ernandes Amorim também atribuiu o noticiário da imprensa sobre a renovação da frota de automóveis do Senado à campanha de Fernando Henrique Cardoso pela sua reeleição. Para o senador, qualquer proposta nesse sentido só pode ser aceita se antecedida de mudança do regime presidencialista para o parlamentarista.

## Senado recebe congressistas americanos

Um grupo de congressistas norte-americanos foi recebido pelo segundo vice-presidente do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), na última quinta-feira, quando trataram de diversos assuntos de interesse no relacionamento Brasil-Estados Unidos, entre eles, a Lei de Patentes.

Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Romeu Tuma (PSL-SP) e Carlos Wilson (PSDB-PE) participaram do encontro. Integravam a comitiva americana os deputados Carlos Moorhead, Tom Bavill, Rick Boucher e Patrícia Schroeder.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna  
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mameuco  
■ Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Azevedo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal